

NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Léo Matei Baschirotto

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A678 Áreas protegidas e turismo / Organizadores Nilzo Ivo Ladwig, Juliana Debiasi Menegasso. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0313-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.135221307>

1. Proteção ambiental. 2. Turismo. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Menegasso, Juliana Debiasi (Organizadora). III. Título.

CDD 333.714

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Natureza e sociedade; áreas protegidas e seus valores

Por que precisamos da natureza?

Pelo paradigma dos parques nacionais, desde aproximadamente há um século e meio, a visitação era praticamente tão importante quanto a conservação. Era a sociedade que se urbanizava e sentia falta da interação com a natureza. No início desse modelo, embora se apreciasse a importância e a riqueza da fauna e da flora, não estava estabelecido o uso do conceito de biodiversidade. A paisagem, cênica, era um indicativo fundamental da importância da área a ser conservada. Ainda mais que, por trás do conceito de parques nacionais, vinham os interesses de demarcação e domínio, particularmente nos países das 'novas Europas', em consolidação territorial.

Hoje entendemos que há múltiplos benefícios oferecidos pela natureza conservada, como mostrado pela organização conceitual dos serviços dos ecossistemas, pela Avaliação do Milênio sobre Ecossistemas (no início deste século), e pelo conceito atual de soluções baseadas na natureza. Ainda que com fortes relações com os esforços para minimização e enfrentamento às mudanças climáticas, essas soluções são aplicáveis muito mais amplamente. E geralmente são mais apropriadas do que aquelas somente baseadas em obras, engenharia e tecnologias distantes dos processos ecológicos. As soluções baseadas na natureza tendem a ser mais adaptáveis, eficazes, baratas e podem oferecer resultados mais rápidos.

A biodiversidade e os processos ecológicos, em suas concepções mais atuais, se agregam a vários outros valores da natureza conservada, como proteção de águas, paisagens, reservas de recursos naturais e uma gama de valores culturais. De fato, se a degradação da natureza é produto dos modelos de desenvolvimento adotados pela humanidade, parece claro que houve uma ruptura conceitual, mais marcante, entre natureza e sociedade, pela Revolução Industrial. Com isso, tendemos a dissociar elementos que são intrinsecamente associados e adotamos a perspectiva equivocada de que a tecnologia humana poderia resolver qualquer problema, sozinha.

Cada vez fica mais claro que a natureza conservada é fundamental para o bem-estar humano (psicológico e físico, se for possível separar). Desde as paisagens mais agradáveis, a promoção da 'respiração' das cidades e o estímulo a atividades ao ar livre e à socialização, até a pesquisa, o conhecimento e a educação, o lazer e as funções de minimização de danos de desastres (que alguns ainda chamam de 'naturais'), passando pelo uso sustentável por comunidades tradicionais, entre tantas outras razões.

Mas não devemos desconsiderar os valores culturais, inclusive místicos. Ainda que existam passagens sobre o domínio da humanidade sobre a natureza, nos conceitos,

nos textos ou na tradição oral de crenças e religiões, em praticamente todas elas existem também a relação entre elementos naturais e divindades e a responsabilidade de cuidar da natureza, por muitos considerada 'obra de deus'. As histórias dos lugares (locais com relações culturais e eventualmente emocionais) estão impregnadas de valores culturais dos elementos naturais. O próprio conceito de paisagem, em muitas perspectivas, implica na relação entre pessoas e o meio.

Essas relações voltaram a aflorar com o novo paradigma das áreas protegidas, declarado como reconhecido ao redor de 2003, e a recuperação da história das áreas protegidas prévia ao modelo dos parques nacionais. A própria ciência e os esforços de conservação são produtos da matriz cultural de cada uma das sociedades (ou 'civilizações', segundo alguns).

Isso sem mencionar as perspectivas que reconhecem os direitos da própria natureza. É interessante observar, pelo indicador das recentes constituições nacionais (documentos legais maiores) de países da América do Sul (Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e agora o processo no Chile), como a relação com a natureza vem ganhando melhor espaço, em associação com a melhoria do reconhecimento de direitos sociais, inclusive ao 'bem-viver'.

Por que precisamos das áreas protegidas?

Se a destruição da natureza é fruto de processos sociais, igualmente o são os esforços para a sua conservação. Ainda que possamos concordar com a dificuldade de entender ou aceitar uma sociedade que precisa 'cercar' (ou delimitar) uma área natural para protegê-la de si mesma, devemos admitir que, num mundo em geral não sustentável, as áreas protegidas (no seu conceito internacional, similar à definição legal de unidades de conservação no Brasil) tem funções fundamentais. Elas são o principal mecanismo já inventado pela humanidade para a conservação da natureza e sua biodiversidade, incluindo valores culturais associados. Mas, como ficou claro no modelo dos parques nacionais, são também um dos melhores instrumentos para permitir ou promover o acesso da sociedade aos benefícios da natureza conservada.

Com a evolução dos conceitos e das práticas associados à governança e à gestão das áreas protegidas, as possibilidades e propósitos da sua visitação se ampliaram e se diversificaram. Nessas relações entre sociedade e natureza, viabilizada pelas áreas protegidas, os motivos e interesses são múltiplos. A própria sociedade é cada vez melhor reconhecida nas suas diversidades. E cada lugar, cada área protegida, deve ter uma visitação associada às suas condições e particularidades.

Como em todas as atividades humanas, o turismo pode trazer benefícios, mas traz também riscos potenciais. Uma das vantagens claras das áreas protegidas é promover o desenvolvimento local ou regional, sobretudo considerando os potenciais do turismo. Não obstante, se a visitação atual nas áreas protegidas deve considerar a multiplicidade de interesses e a diversidade de oportunidades, o turismo deve ter fortes relações com

os lugares. O desenvolvimento a partir do turismo de natureza deve ser sustentável e particularizado. Cada visita deve propiciar experiências diferentes, talvez complementares, eventualmente progressivas, mas específicas. É a associação entre natureza e história e valores culturais. Promover o desenvolvimento a partir das características da sociedade local e respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Hoje se reconhece melhor a diversidade própria das unidades de conservação, assim como outros tipos de áreas protegidas e conservadas. A própria Convenção sobre a Diversidade Biológica estimula considerar a importância e a integrar outros mecanismos espaciais eficazes de conservação (ou áreas conservadas) em sistemas, articulados com os sistemas de unidades de conservação. Praticamente em todas as categorias de gestão (principalmente em relação a conjuntos de objetivos) e tipos de governança (principalmente em relação ao protagonismo de diferentes atores sociais) de unidades de conservação podem receber visitação, ainda que cada um com características e limitações próprias. O mesmo potencialmente ocorre com outros tipos de áreas protegidas e conservadas.

O conceito de território é diversificado segundo as disciplinas, mas traz em si algo de domínio sobre um espaço e seus elementos. A própria Constituição Brasileira de 1988 determina a definição de espaços territoriais especialmente protegidos em todas as unidades da federação e define a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado como responsabilidade do poder público e da sociedade. (Ou seja, não o define com características discricionárias, mas como um 'poder-dever' de todos, inclusive de todas as instâncias governamentais, nos três poderes, nos três níveis, na medida da defesa da qualidade ambiental.) Com os tipos de governança de áreas protegidas e conservadas e com o melhor reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, temos o fortalecimento do seu direito aos seus territórios.

Assim, áreas protegidas, paisagens, territórios e bem-estar estão intrinsecamente relacionados.

Que desafios se nos apresentam?

Se o direito à qualidade ambiental, à natureza conservada e ao acesso aos seus benefícios são direitos cada vez mais fortemente reconhecidos como de todos, parte dos direitos humanos fundamentais, e se muitos reconhecem os direitos da própria natureza, cabe à governança e à gestão das áreas protegidas, sobretudo em seus sistemas e outros conjuntos, promover a sua adequada distribuição, servir para promover a equidade, contribuir para a redução das desigualdades de todos os tipos.

Se é fundamental para a biodiversidade e para a minimização das mudanças climáticas, entre outras razões, a manutenção de grandes áreas conservadas, bem conectadas e integradas em suas (sub)regiões, é cada vez mais importante, para uma parcela cada vez maior da sociedade, a presença de diferentes tipos de áreas protegidas em cidades, em zonas periurbanas ou próximo a elas. Destacam-se funções de lazer, de

qualidade da vida urbana, da promoção da saúde e do bem-estar e do enfrentamento às mudanças climáticas.

Precisamos de verdadeiros sistemas e subsistemas de unidades de conservação, efetivamente funcionais (como queremos ter para a saúde, para a educação, para os transportes etc.) e seu relacionamento com outros tipos de áreas protegidas e conservadas. As categorias de gestão e os tipos de governança de áreas protegidas devem ser entendidos como complementares, com resultados alcançados por sua sinergia. A boa governança, a equidade com distribuição local de benefícios, as equipes especializadas e dedicadas e os recursos econômicos regulares são indispensáveis para uma boa gestão dos conjuntos de áreas protegidas.

Um dos principais equívocos na gestão das áreas protegidas é promover o afastamento, a desconexão da sociedade. Todas as soluções, desde o bem-estar humano até a eficácia dos sistemas de áreas protegidas, dependem da reconexão da sociedade com a natureza e sua valorização. Precisamos de uma conservação colaborativa.

PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS E NO TURISMO

A compreensão do contexto dos nossos parques nacionais, os conflitos gerados pela conservação, que podem normais ou exacerbados pela má governança, mas que devem ser considerados na gestão, a relação das áreas protegidas com seu entorno, a diversidade de elementos de interesse, a percepção da sociedade sobre os elementos naturais, as prioridades de conservação, os conhecimentos tradicionais, as relações entre áreas protegidas e pesquisa, conhecimento e educação e áreas urbanas, os potenciais e riscos econômicos e culturais do turismo são frentes muito importantes na necessidade da boa gestão e da boa governança de cada unidade de conservação e dos sistemas de áreas protegidas e conservadas.

O magnífico livro preparado por Ladwig e Menegasso traz elementos fundamentais, tanto de entendimento da realidade que temos, estudando sua história, a percepção da sociedade, como projeção de necessidades, diretrizes e possibilidades futuras.

Boa leitura! Bom proveito! Boas ações!

Cláudio C. Maretti¹

¹ Pesquisador, pós-doutorando sobre conservação colaborativa e áreas protegidas, na Geografia da USP, consultor e voluntário. Ex-dirigente de sistemas de áreas protegidas, coordenador do congresso latino-americano de 2019 (III CapLac), membro do Comitê de Especialistas da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas para o Brasil e da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que os GTs de Paisagem e Território em Áreas Protegidas e Paisagem e Território no Turismo, promoveram discussões considerando, áreas protegidas como um conjunto mais amplo de espaços geográficos protegidos que abrangem as unidades de conservação, área de preservação permanentes, reservas legais, territórios indígenas e quilombolas e os Geoparques Mundiais da Unesco, suas relações com o turismo, uma vez que a paisagem assume papel central na atração de turistas, sendo importante no planejamento e na gestão territorial.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapesc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa. O livro está dividido em 14 capítulos, o capítulo de abertura traz a evolução conceitual dos parques nacionais brasileiros.

O livro segue abordando os conflitos socioambientais em áreas protegidas, a evolução conceitual na legislação das zonas de amortecimento, as ameaças ao geopatrimônio decorrentes do uso inadequado de geoparques, impactos socioeconômicos gerados pelo turismo no entorno de parques, a necessidade de políticas públicas voltadas para o turismo, a importância do mapeamento das paisagens turísticas e a da educação turística.

Nosso singelo agradecimento a todos e todas que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapesc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às

entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

PARTE I - PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS

CAPÍTULO 1..... 1

EVOLUÇÃO CONCEITUAL DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Flávia Alves Moreira

Carolina Ribeiro Gomes

Wanderley Jorge Silveira Júnior

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213071>

CAPÍTULO 2..... 20

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS: O ESTUDO DE CASO DE QUATRO PARQUES NACIONAIS EM MINAS GERAIS-BRASIL

Flávia de Araújo Neri

Wanderley Jorge da Silveira Junior

Cléber Rodrigo de Souza

Alessandra Rezende Pereira

Natália Oliveira Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213072>

CAPÍTULO 3..... 35

ZONA DE AMORTECIMENTO EM ÁREA NATURAL PROTEGIDA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL NA LEGISLAÇÃO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Sther do Carmo Haramoto

José Emilio Zanzirolani de Oliveira

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213073>

CAPÍTULO 4..... 49

AMEAÇAS AO GEOPATRIMÔNIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL (RS/SC)

Marina Tamaki de Oliveira Sugiyama

Maria Carolina Villaça Gomes

Jairo Valdati

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213074>

CAPÍTULO 5..... 68

A SUBJETIVAÇÃO E O ESVAZIAMENTO DE SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS NATURAIS NA HIPERMODERNIDADE DISTÓPICA: O PARADOXO DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto

Márcia Santos Ramos Berreta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213075>

CAPÍTULO 6..... 87

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, SANTA CATARINA, BRASIL

Nícolas Firmiano Flores
Marcelo Dutra de Farias
Fátima Elizabeti Marcomin
Rodrigo Rodrigues de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213076>

CAPÍTULO 7..... 105

CONHECIMENTO TRADICIONAL DE RAIZEIROS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO DE CASO DA SERRA DE SÃO JOSÉ, MINAS GERAIS

Geovana Fernanda Joana
Wanderley Jorge da Silveira Junior
Thallita Mayra Soares Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213077>

CAPÍTULO 8..... 121

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CUIÁ NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Felipe Salles Pinto
Gabriel Souza de Lira
Henrique Elias Pessoa Gutierrez
Joel Silva dos Santos
Lucas Gabriel Feitosa Dantas
Virginia Maria Magliano de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213078>

CAPÍTULO 9..... 131

A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL EM CAMPINAS, SÃO PAULO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Ricardo Silveira Orlando

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213079>

PARTE II - PAISAGEM E TERRITÓRIO NO TURISMO

CAPÍTULO 10..... 147

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE DE IBITIPOCA

Monah Rhemann Baeta
Thallita Mayra Soares Fernandes
Flávia Alves Moreira
Geraldo Majela Moraes Salvio
Wanderley Jorge da Silveira Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130710>

CAPÍTULO 11	162
POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC	
Egar Preis Junior	
João Henrique Zanelatto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130711	
CAPÍTULO 12	177
CICLOTURISMO E PAISAGEM A PARTIR DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (SANTA CATARINA, BRASIL)	
Karina Martins da Cruz	
Caroline da Graça Jacques Paulino	
Dimas de Oliveira Estevam	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130712	
CAPÍTULO 13	190
MAPEAMENTO DAS PAISAGENS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO – GOIÁS - BRASIL	
Alfredo Arantes Guimarães Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130713	
CAPÍTULO 14	206
EDUCAÇÃO TURÍSTICA: A PAISAGEM NO SABER-FAZER TURÍSTICO	
Alison Sapienza de Oliveira Valadão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130714	
SOBRE OS ORGANIZADORES	218

CAPÍTULO 5

A SUBJETIVAÇÃO E O Esvaziamento de Significado dos Espaços Naturais na Hipermmodernidade Distópica: O Paradoxo da Floresta Nacional de Canela

Data de aceite: 02/05/2022

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul,
Aluno

Márcia Santos Ramos Berreta

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul,
Docente

RESUMO: Este estudo apresenta uma reflexão crítica ao tratar da emergência ambiental de um novo paradigma, que transcenda aqueles fundamentados em um utilitarismo alienatório da natureza, seja ele material, no que se refere a recursos naturais, ou abstrato, quanto às afetividades subjetivas. Ele se propõe a responder se, diante de suas inclinações ideológicas, aptidões e competências profissionais, o gestor ambiental pode intervir de forma sensível, perceptiva e inovadora na criação de estratégias de mediação, frente aos conflitos socioambientais presentes em Unidades de Conservação (UC), em cenários onde imperam a multiplicidade cultural, bem como de interesses sobre os espaços naturais alienados a legislações, muitas vezes contraditórias ou insuficientes. Para tal fim, foram estabelecidos os seguintes objetivos: reconstituir um contexto histórico que evidencie as transformações daquele espaço geográfico ao longo do tempo em diferentes construções de categorias espaciais, que são: território, paisagem e lugar; elaborar um mapa topofílico que demarque as diferentes zonas de conflito e interesses afetivos no território da

FLONA de Canela; e, discutir sobre o papel do gestor ambiental na gestão de uma Unidade de Conservação, que são espaços constituídos por camadas temporais, históricas e culturais para além de biológicas. Por meio de uma abordagem qualitativa, utilizou-se a pesquisa exploratória, com vistas a um aprofundamento das subjetividades acerca da FLONA de Canela, enquanto espaço percebido e vivenciado. Foi realizado, também, um levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com representantes dos diversos grupos que se relacionam com a UC (caingangues, gestores, conselheiros, poder público, moradores do município, educadores). Ao fim, percebe-se que, diante do cenário político atual e do distanciamento do sujeito hipermoderno no que diz respeito à natureza, o gestor ambiental como profissional interdisciplinar, pode contribuir como articulador e mediador de uma nova dinâmica integrativa, tão urgente nas relações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Conciliando paradoxos apresentados pelos sujeitos entrevistados, esses ambientes concebidos como “territorialidades naturais”, podem ser reconhecidos, antes de tudo, pelo seu valor intrínseco, inerente e ecológico.

PALAVRAS-CHAVE: FLONA de Canela; Empatia Ambiental; Hipermmodernidade; Topofilia; Conflitualidades Socioambientais.

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta uma reflexão crítica ao tratar da emergência ambiental de um novo paradigma, que transcenda aqueles

fundamentados em um utilitarismo alienatório da natureza, seja ele material no que se refere a recursos naturais ou abstratos quanto às afetividades subjetivas. Este estudo emergiu durante a ação e movimento do Projeto de Extensão Curiaçu – Guardiões da Floresta, onde foi possível observar os mais diversos e controversos interesses e atores envolvidos com a Floresta Nacional (FLONA) de Canela, Rio Grande do Sul. E por meio deste projeto foi possível observar a interação e o comportamento dos diversos grupos que participam ou demandam da gestão da Floresta Nacional de Canela, que no presente estudo serão discriminados em três categorias, denominados pelo grupo do Projeto, que são: civil, institucional e componente indígena.

Esta pesquisa se propõe responder se é possível o Gestor Ambiental intervir de forma sensível, perceptiva e inovadora na criação de estratégias de mediação, frente aos conflitos socioambientais presentes em Unidades de Conservação (UC) do país. Diante de suas próprias inclinações ideológicas, aptidões e competências profissionais, em cenários onde imperam a multiplicidade cultural, bem como de interesses sobre os espaços naturais alienados a legislações, muitas vezes contraditórias ou insuficientes. Sendo que, tais limitações são possivelmente resultado das políticas públicas ambientais acerca das Unidades de Conservação brasileiras- que evocam conflitualidades territoriais como efeitos colaterais.

Para tal fim, foram estabelecidos os seguintes objetivos: a) reconstituir um contexto histórico que evidencie as transformações daquele espaço geográfico ao longo do tempo, em diferentes construções de categorias espaciais como e território, lugar e paisagem; b) elaborar uma representação gráfica, o qual denominamos “mapa topofílico” que demarque as diferentes zonas paradoxais, de conflito e interesses afetivos presentes na FLONA de Canela; c) discutir sobre o papel do gestor ambiental na gestão de uma Unidade de Conservação, na perspectiva dos espaços constituídos por camadas temporais, históricas e culturais para além de biológicas.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória por propor uma maior familiaridade com o problema, considerando os mais variados aspectos relativos aos fenômenos estudados, com um caráter aproximativo (GIL, 2008). Portanto os procedimentos metodológicos, para a realização da pesquisa, incluíram visitas a campo para observação, revisão bibliográfica, entrevistas e análise dos dados levantados. As visitas foram registradas em diário de campo, onde se levantou a percepção dos diferentes grupos que interagem com a FLONA, nas categorias do espaço geográfico, que configuram: território, paisagem e lugar. A contribuição teórica foi construída a partir das leituras de Milton Santos (1978) e Yi-Fu Tuan (2012) que são os alicerces da Geografia Humana no que diz respeito ao Espaço Geográfico, bem como em Lipovetsky (2004) e sua

abordagem filosófica da Hipermodernidade no que se refere ao Tempo. Os manuscritos de Tin Ingold (1994) contribuíram para entender as relações que não aproximam nem afastam humanidade e os não humanos, mas que os reconhecem como um fluxo inerente e indissociável de vida. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a fim de estabelecer uma análise acerca das diferentes percepções e afetividades dos indivíduos com os espaços naturais. Os entrevistados representam os grupos envolvidos com a FLONA, integrantes de diferentes esferas e interesses culturais, políticas e institucionais, que foram divididos em três categorias: civil (com um representante do Movimento Ambientalista da Região das Hortênsias (MARH), um membro do conselho municipal de meio ambiente (COMDEMA) e um membro da comunidade do entorno da FLONA); institucional (com os último dois gestores da Flona de Canela representando o ICMBio e um membro do Conselho Consultivo da FLONA de Canela); e componente indígena (com líder do grupo caingangue que reivindica a FLONA). As entrevistas foram realizadas via *googlemeet* e telefone em outubro de 2020 devido a pandemia.

As principais categorias de análise das entrevistas foram: a natureza (finalidade) do contato do sujeito com a UC; a percepção do mesmo quanto ao ambiente natural (função, importância); a existência ou não de laços afetivos com o local. Além destas, também foram considerados os pontos de interesse dos sujeitos na área estudada, bem como suas diferentes interpretações em relação aos mesmos, que variam de acordo com a sua relação subjetiva em relação ao ambiente, nas diferentes categorias de espaço geográfico.

ÁREA DE ESTUDO

A Floresta Nacional de Canela foi criada em 25 de outubro de 1968 pela Portaria nº 561. Está localizada a cerca de 6 km (ao Norte) do centro do município de Canela, nordeste do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). Caracteriza-se em sua fitogeografia pelas matas com araucária em transição com os campos de altitude.

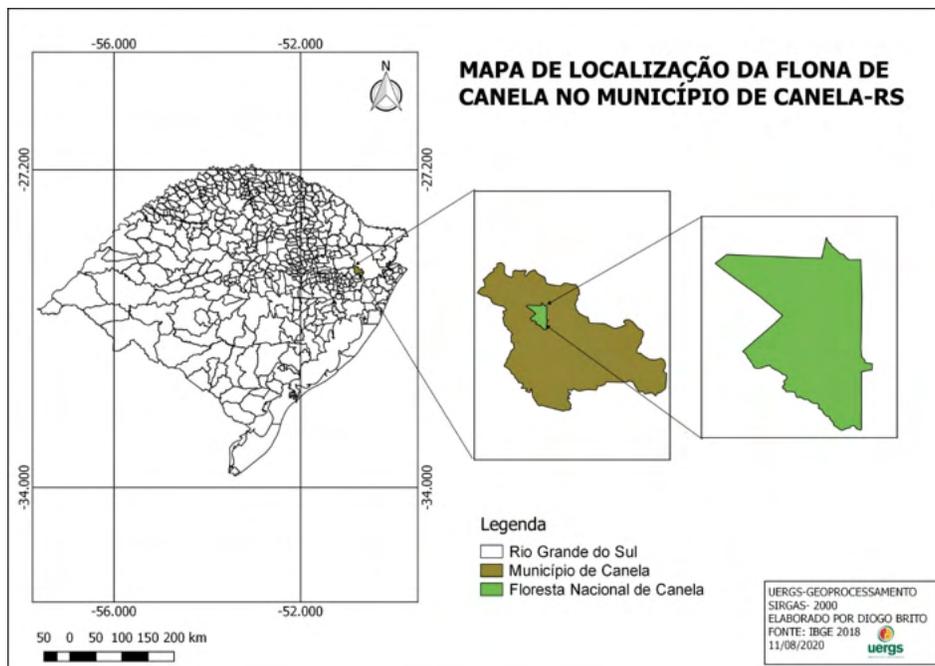


Figura 1 - Mapa de localização da FLONA no município de Canela/RS

Fonte: Autor (2020).

A FLONA de Canela tem uma área de 563,52 ha, com altitudes que variam de 740 a 840 metros. Esta UC é parte da área abrangida pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conhecida como Área Núcleo, considerada uma região de “alta prioridade” para a conservação da Mata Atlântica (MMA, 2001). E de acordo o Plano de Manejo (BRASIL, 2017) é descrita como uma área de domínio público, provida de cobertura vegetal nativa e plantada. Tendo como objetivos: a) promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais; b) garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos; c) fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo.

Atualmente o governo federal qualificou a FLONA de Canela no Programa de Parcerias e Investimentos, na respectiva de inclui-la no Programa Nacional de Desestatização, feita por meio da Resolução CPPI n° 113 de 19 de fevereiro de 2020, com o objetivo de fazer a concessão da prestação de serviço público de apoio a visitação, bem como serviços de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados encontrados a partir dos objetivos

definidos no escopo desta pesquisa, do método e dos procedimentos metodológicos.

A (RE)CONSTITUIÇÃO DO TECIDO HISTÓRICO DA FLONA DE CANELA

A reconstrução de um tecido histórico da FLONA de Canela, a partir do levantamento bibliográfico e das entrevistas, evidenciou as transformações daquele espaço geográfico ao longo do tempo, em diferentes construções de categorias espaciais como Território, Paisagem e Lugar.

A figura 2 a seguir apresenta um esboço ilustrativo das camadas temporais sobre a área destinada hoje para a FLONA de Canela, identificadas neste estudo.

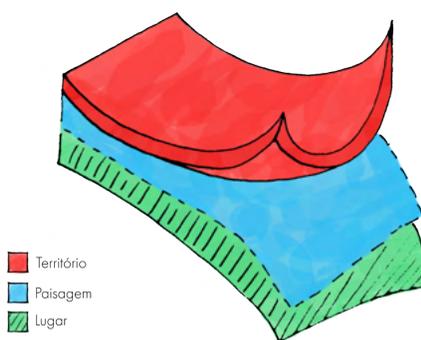


Figura 2 – As camadas temporais formadas sobre a área da FLONA de Canela sob a perspectiva das categorias de espaço

Fonte: Autor (2021).

Foi possível entender nesta pesquisa que o tempo tem um fluxo não linear, mas sim cíclico, e que certos fenômenos históricos tendem a se repetir sob novas configurações, que ainda assim evocam as mesmas conflitualidades do passado. O espaço passa a ser ainda mais translúcido e desvanecente em sua definição, com “camadas” que se sobrepõem, pois sobre o mesmo centro espacial, em diferentes contextos históricos, as relações se modificam conforme sua apropriação. É importante entendermos, a partir da leitura de Milton Santos, que o espaço são rugosidades formadas pelos processos sociais do passado sobre o presente, são marcas de uma estrutura que nasce das relações sociais derivadas por contextos políticos, bem como ciclos econômicos do Brasil, num processo de ocupação e busca por recursos (pecuária, madeira), domínio dos territórios e genocídio.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma

estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

De acordo com Santos (1985), o espaço é resultante da produção, ou seja, é consequência da história dos processos produtivos impostos ao mesmo pela sociedade, sendo o tempo histórico uma variável determinante para a compreensão desse espaço.

Essa temporalidade se representa por intermédio do passado na formação socioespacial, na rugosidade e periodização. Enquanto o presente é reflexo dos tempos pretéritos, porém ajustados às demandas contemporâneas, que se manifestam por meio de processos e funções.

Para o autor, o espaço organizado é também resultado da interação de diferentes variáveis. Sendo o espaço social correspondente ao espaço humano, lugar de vida e trabalho. Enquanto o espaço geográfico é organizado pelo sujeito que vive em sociedade, sendo que historicamente, cada sociedade produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução.

Milton Santos (1978), conjectura que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Já o território é um conceito implícito em sua elaboração teórico-metodológica, que representa um o fixo, delimitado, uma área demarcada. Podendo ser construído e desconstruído por relações de poder e interações entre atores sociais e institucionais que territorializam suas ações com o passar do tempo. Porém, o autor ressalta que a delimitação territorial não será manifestada necessariamente de forma precisa, podendo ser irregular e mutável historicamente. O que resulta em uma diversificação das relações sociais, bem como em jogos de poder cada vez mais complexos.

Assim, o espaço percebido como Território é delimitado, sobretudo, pelas relações sociedade-natureza, poder-posse. E enquanto a Paisagem não possui “bordas”, e trata-se de uma dinâmica onde a natureza passa a ter um aspecto meramente cenográfico. Já o Lugar configura um “terreno internalizado”, afinal, o ponto georreferenciado não é o espaço vivenciado.

Além disso, há diferentes distâncias na interação e acesso dos diferentes grupos em relação à UC como espaço compartilhado. Cita-se, por exemplo, o grupo indígena que é visivelmente aquele que habita as margens da mesma. Neste caso, provoca uma reflexão sobre a importância de um Conselho Consultivo que contemple cadeiras de outros grupos para debates e construções equânimes, já que teoricamente a conservação da floresta é discurso comum entre todos os grupos que interagem com ela.

Abaixo se apresenta um esquema ilustrativo (Figura 3) desta análise de proximidade e poder de decisão.

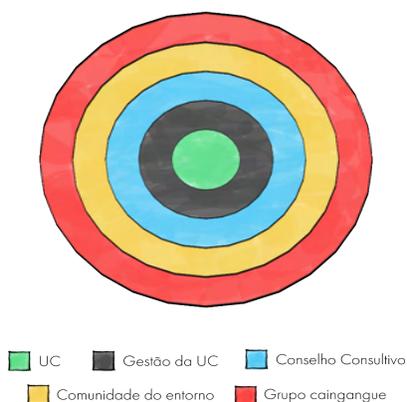


Figura 3 – Representação dos diferentes níveis de envolvimento, influência e gestão sobre a FLONA de Canela.

Fonte: Autor (2021).

Estes diferentes círculos concêntricos que cercam um alvo, neste caso a FLONA de Canela, representam os diferentes interesses e níveis de influência relacionados a esta UC. Do mais central ao periférico, “as margens”.

Augé (1992) entende que o termo espaço é mais abstrato que o de lugar, cujo emprego estaria vinculado diretamente a algum acontecimento (lugar em que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar-histórico). Ou seja, ele não se prende a uma grandeza física ou temporal. Para Tuan (1983), enquanto o espaço é referência à liberdade, que se apresenta como uma classe especial de objeto, como um consentimento de valor, como um objeto móvel em que se pode morar, o lugar está associado à segurança. Enquanto para Ingold (1992, apud STEIL; CARVALHO, 2012), a vida como um todo seria de linhas e fluxos, pelos quais a matéria - seja ela biológica ou cultural - manifesta a vida por si. Ou seja, o ponto em comum dos atores citados é de que, o espaço assume um significado físico e sensorial, enquanto o lugar é abstrato, afetivo e móvel.

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

A construção do território atual da FLONA de Canela pode ser descrita como um cenário de relações conflitantes e paradoxais. O Plano de Manejo da FLONA (BRASIL, 2017) baseado nos Anuários² “A” e “B”, ambos de 1948, e o de 1949, apresenta um cenário histórico que possibilitou a elaboração de um esquema (Figura 4) que identifica três momentos, descritos a seguir.

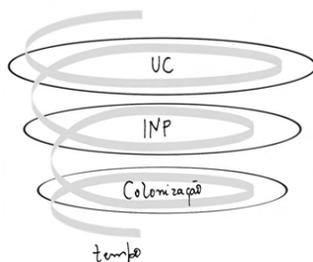


Figura 4 – Os três momentos históricos da construção do território da FLONA de Canela.

Fonte: Autor (2021).

O primeiro denomina-se Colonização, pois se refere aos antigos colonizadores italianos e alemães, e seu contato com os indígenas que já habitavam a região anteriormente, no século XIX. Período em que os Campos de Cima da Serra foram habitados pelos índios caingangues, que nos séculos XVIII e XIX foram violentamente desalojados pelos “matadores de indígenas” Quando os chamados “bugreiros” foram contratados pelo governo imperial brasileiro de modo a abrir espaço para a instalação de imigrantes europeus na região, tencionando um “embranquecimento” da população brasileira, que na época era predominantemente negra ou mestiça. Sincronicamente, a região era desbravada pelos “tropiceros”, descendentes de açorianos que utilizavam a região para o descanso do gado. Vale salientar que na mesma época outras etnias povoavam estas terras, a exemplo dos Xokleng, que posteriormente migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. (REIS; VEEK; OLIVEIRA, 2009).

O segundo momento é do Instituto Nacional do Pinho (INP), que se relaciona ao período da exploração madeireira, fase em que a FLONA era conhecida como Estação Florestal Eurico Gaspar Dutra, criada pela demanda da quase extinção da araucária na região devido à exploração madeireira. Este período segue até a atualidade, quando se tem um Plano de Manejo para a gestão da UC.

Segundo o Anuário Brasileiro de Economia Florestal do INP, a criação do Instituto Nacional do Pinho (INP), se deu em 19 de março de 1941, a partir do núcleo constituído pelo Serviço do Pinho pelo No 3.124, posteriormente reorganizado pelo Decreto-Lei No 4.813, de 08 de outubro de 1942. O Instituto realizou o primeiro reflorestamento de pinho, tornando Canela pioneira nesta atividade.

As primeiras derrubadas intensivas dentro da FLONA de Canela começaram há mais de 30 anos. E nesta Estação residiria o Silvicultor Regional. Entre outras construções do local, havia a casa do Administrador, a do Caixa Almojarife, duas casas para demais funcionários, um escritório e almojarifado, posto médico dentário, garagem com depósito, uma escola, paiol, oficina, estábulo, 15 casas de quatro cômodos para operários e duas casas coletivas para famílias e solteiros, configurando uma pequena comunidade.

Com a extinção do Conselho Florestal e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura, as atividades e atribuições foram transferidas para a Comissão de Política Florestal do Instituto Nacional do Pinho, o que culminou na criação Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, por meio do Decreto-Lei 289, de 28 de fevereiro de 1967, que assumia então os acervos, patrimônio e recursos financeiros dos órgãos extintos, inclusive as Florestas Nacionais.

Conforme consta no Plano de Manejo da UC, neste período foi editada a Portaria IBDF N° 561, de 25/10/1968, quando o então “Parque Florestal Eurico Gaspar Dutra” passou a ser designado finalmente como “Floresta Nacional de Canela”. Ficou reservado às FLONAS o direito de planejar, orientar, coordenar e executar, em suas respectivas áreas, os trabalhos de florestamento e reflorestamento, ordenamento, dendrometria, desbastes, avaliações e contabilidade das florestas, de acordo com os projetos elaborados (Portaria n° 229, de abril de 1975, artigo 20, § 5°) (BRASIL, 1989).

Em 22/02/1989, com a publicação da Lei N° 7.735, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que atribuía a uma só autarquia 16 matérias ambientais, que anteriormente eram geridas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pela Superintendência de Pesca (SUDEPE) e pela Superintendência da Borracha (SUDHEVEA).

A SEMA, que na época era vinculada ao Ministério do Interior, teve um papel crucial na mediação da elaboração da Lei N° 6.938, de 31/08/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). A PNMA, lei que se encontra em vigor até os dias de hoje, estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a lei foi assimilada na íntegra. Entretanto, a implantação dos seus dispositivos foi construída gradativamente.

Enquanto o IBDF compunha uma megaestrutura e mantinha a gestão das florestas públicas e controle daquelas privadas, incluindo as de reflorestamentos, cabia a SUDEPE a gestão do ordenamento pesqueiro e a SUDHEVEA viabilizar a produção da borracha, sendo que o IBDF e a SUDEPE ficaram vinculados ao Ministério da Agricultura e a SUDHEVEA ao Ministério da Indústria e Comércio. Já a SEMA estava ligada diretamente à Presidência da República.

Desta forma, a atuação na preservação ambiental destes órgãos era descentralizada, sendo que a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) foi o ápice de um longo caminho de articulação e construção, que teve como grande avanço a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972. Depois disto, houve forte pressão da sociedade, até internacionalmente, para que o país adotasse uma gestão ambiental integrada.

De tal demanda foi criada então em 1973 a SEMA, que nos anos posteriores

desenvolveu um trabalho voltado à criação e atualização do marco regulatório da área ambiental. E finalmente, em 28/08/2007, a Lei N° 11.516 criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a partir da conversão da Medida Provisória N° 366.

O ICMBio assumiu parte das atribuições antes a cargo do IBAMA, tendo como principal responsabilidade fazer a gestão das Unidades de Conservação na esfera do governo federal, com a finalidade de:

I - Executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - Executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - Exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - Promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas. (BRASIL, 2020, art. 1).

No presente momento poderíamos acrescentar uma nova fase onde surgem novas reivindicações do espaço pelos remanescentes caingangues, no reconhecimento da área da FLONA como território indígena, e daqueles moradores do entorno, descendentes dos colonizadores italianos e alemães da região, que de acordo com a gestão da UC em entrevista, por uma questão cultural, fazem incursões para as práticas ilegais de caça e pesca no local. Além disso, também se inserem aqui as questões que envolvem o ICMBio como instituição, que prevê no Plano de Manejo desta UC o uso público, que se encontra diante da abertura de concessões à iniciativa privada, bem como a atuação do Poder Público e conselhos do município no que diz respeito à FLONA.

As últimas gestões da UC afirmam no que diz respeito a território de uso público, que a relação da população local com a FLONA de Canela, transita nos últimos anos, entre o descaso e a depredação do ambiente, que exerce sobre a floresta pressões antrópicas de caça e pesca ilegais e ocasionais incêndios. Com raras exceções daqueles moradores do município, ou mesmo turistas que visitam a UC para a realização de trilhas, como é o caso de pequenas escolas do entorno por laços pré-estabelecidos, que ficam explícitos nas entrevistas realizadas com professores da rede pública do município. Por isso não haveria aparente interesse e iniciativa do poder público na promoção e divulgação da UC como potencial turístico devido à carência de uma estrutura adequada no local.

Há também a visitação esporádica da comunidade evangélica do município que utiliza um dos lagos da UC para a realização de batizados como iniciação religiosa. Alguns moradores do entorno costumam também realizar incursões para a prática da pesca ilegal nestes mesmos lugares.

De acordo com a gestão da UC, a comunidade do entorno da FLONA desenvolveu uma relação dual com a mesma, já que há moradores das proximidades que a visitam para fins como de contemplação da natureza, trilhas e lazer em geral, bem como professores da rede pública realizam incursões de educação ambiental com seus alunos, enquanto outros utilizam estes mesmos espaços para atividades ilegais, como a caça e a pesca.

Em sua pesquisa referente ao uso e ocupação do solo na Zona de Amortecimento da Flona de Canela, Santos (2021) revela que os impactos do uso e ocupação nas construções irregulares na Classe de Infraestrutura Urbana; à ineficiência da coleta dos resíduos, muitas vezes jogados nas ruas e nos campos baldios; a falta de saneamento dos esgotos domésticos, que vem impactando diretamente sobre o sistema hídrico dentro da FLONA de Canela, bem como a diminuição da flora e fauna provocadas pela entrada da comunidade do entorno na UC para a caça e coleta de pinhão, corroboram a relação conflitante da comunidade do entorno com este espaço natural.

Por fim, como território indígena, os remanescentes caingangues reivindicam o lugar alegando que no mesmo há evidências históricas de sua presença em pontos onde teriam sido encontrados em uma caverna artefatos de seus ancestrais, como pontas de flechas, machadinha e artefatos cerâmicos.

Aliderança do grupo cainganguê afirmou nas entrevistas que se encontram atualmente na FLONA de Canela 15 pessoas do grupo. Os mesmos solicitam que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão indigenista oficial do Estado brasileiro e vinculada ao Ministério da Justiça, realize um estudo antropológico para demarcação e conversão da UC em território indígena, uma vez que esta instituição é a coordenadora e principal executora da política indigenista do governo federal. As incursões indígenas na FLONA são recorrentes desde 2015, com o cacique Salvador atuando na liderança.

O cacique Maurício Salvador, acadêmico do curso bacharelado em Biologia pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), relata que caso consigam a posse do território, pretendem torná-lo um ambiente de valorização de sua cultura e tradição ao compartilhar os saberes de seu povo com a comunidade Canelense e demais interessados.

Em entrevista realizada com a atual gestão da Unidade foi mencionado que a proteção possessória da área buscada pelo ICMBio é objeto de decisão judicial transitada em julgado, sendo que devido a questão pandêmica pelo COVID-19 desde o início de 2020, o grupo indígena deverá permanecer na FLONA para sua segurança.

O PAPEL DO GESTOR AMBIENTAL NO MAPEAMENTO DAS CONFLITUALIDADES TERRITORIAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para que se compreendam as relações constituídas a partir das interações humanas com a natureza, bem como a forma como tais ambientes são interpretados, para o gestor ambiental, se faz necessário um embasamento acerca dos conceitos de espaço, paisagem, região, território, lugar, como instrumentos fundamentais de análise do espaço geográfico. Avalia-se, nesta pesquisa, que conceito de lugar é um fator importante para uma reversão do quadro atual, pois é aquele que representa a dimensão afetiva de senso de pertencimento e identidade ligada ao espaço geográfico.

Sendo necessária uma cultura com senso de pertencimento e não de posse, em que lugar não é mero reconhecimento sensorial de terreno, mas sim um mapa afetivo dele.

Em plena pós-modernidade, em um mundo globalizado e multicultural, com uma progressiva devastação ambiental, causada acima de tudo pelo consumismo acirrado de um sistema predominantemente capitalista, é no mínimo imprudente conceituar uma categoria de espaço (território, lugar, paisagem) como sendo uma questão sujeita a diferentes perspectivas, muitas vezes contraditórias, sejam elas científicas, espiritualistas ou políticas.

Estas configurações da sociedade atual revelam um importante ponto de interseção entre a Gestão Ambiental e a própria Educação Ambiental como ferramenta de conscientização e sensibilização nas Unidades de Conservação.

A PROPOSTA DO MAPA TOPOFÍLICO PARA O ENTENDIMENTO DOS LUGARES

Foi observado que os mesmos elementos locais que compõem a Flona, eram interpretados de formas distintas entre os entrevistados, conforme seu grupo. Sendo que de modo geral, para o grupo civil o espaço em questão se configura como Paisagem no sentido de lazer e uso público, para o grupo Institucional como Território pela legalidade e função da UC, e para o grupo indígena como Lugar por senso de pertencimento do sujeito àquele espaço, bem como elo afetivo/ histórico com o mesmo. Uma ferramenta ainda em vias de exploração, que pode ser fundamental para um ajustamento do olhar da Gestão Ambiental sobre estes espaços, são os chamados mapas mentais, ou mapas afetivos, que neste estudo foi conveniente denominar de “mapas topofílicos”. De acordo com Buzan (1996), os mapas mentais são ferramentas de pensamento que possibilitam a reflexão exterior do que se passa na mente. Trata-se de uma forma de organizar os pensamentos e otimizar ao máximo as capacidades mentais.

Bomfim (2003) trata a afetividade como um processo ético-político, em que a ‘afetação’ do outro ocasiona também a responsabilidade para com ele. Aborda os mapas afetivos como meio pelo qual o sujeito representa seu sentimento em relação ao ambiente.

E revela que tanto a representação quanto o registro na memória, de elementos e aspectos do entorno dependem da 'afetação' que os mesmos causaram ao sujeito.

No atual momento histórico da Floresta Nacional de Canela, surgem novas reivindicações do espaço da parte dos remanescentes caingangues no reconhecimento da mesma como território indígena e daqueles moradores do entorno, descendentes dos colonizadores italianos e alemães da região, que realizam incursões para as práticas ilegais de caça e pesca no local. Além disso, também se inserem aqui as questões que envolvem o ICMBio como instituição, que prevê no Plano de Manejo desta UC o uso público, que se encontra diante da abertura de concessões à iniciativa privada, bem como a atuação do poder público e conselhos do município no que diz respeito à FLONA.

Tais desdobramentos históricos e subjetividades quanto à interpretação que os diferentes atores possuem sobre a UC, revelam as transformações e o esvaziamento de significado dos ambientes naturais ao longo do tempo. Ambientes estes que, para Tuan (2012), vão além das percepções sensoriais de paisagens naturais por sua beleza cênica, ou das relações sociopolíticas e identitárias de território, e adentram o campo afetivo, de uma relação estabelecida entre o indivíduo e os ambientes naturais como lugar.

O paradoxal da questão se apresenta nestas interpretações conflitantes do espaço como território, fortemente influenciadas pelos interesses sobre ele (conservação, pesquisa, caça e pesca ilegais, espiritualidade, herança ancestral, potencial econômico). Diante disso, para o gestor ambiental, como aquele que irá atuar na administração e proteção de uma Unidade de Conservação, bem como assumirá o papel de mediador na negociação de tais conflitos, se revela crucial um mapeamento daquilo que transcende um espaço meramente geográfico percebido pelos sentidos e adentra uma experiência de profunda simbolização afetiva pelo sujeito, conciliando uso e bem comum de forma sustentável.

O processo de obtenção de dados para este mapa mental se deu através de entrevistas com os atores do Grupo Civil, Grupo Institucional e Grupo Indígena. Que indicaram o significado dos gares pré-estabelecidos por sua relevância dentro da FLONA,. São eles: Sede/Escritório da FLONA de Canela; Lagoa do Tiririca; Lagoa dos Xaxins; Caminho das Araucárias; Banhado; Trilha do Graxaim; Trilha do Veado; Santuário (Árvores Santa Rita); Toca dos Morcegos; Cemitério; Floresta de Araucária. Sendo que para o Grupo Institucional, os lugares representam patrimônio natural a ser preservado para uso público e pesquisa. Para o Grupo Civil, representam locais de lazer, muitas vezes em contradição por práticas consideradas ilícitas como a caça e pesca, culturalmente enraizadas na comunidade do entorno da Flona. Para o Grupo Indígena, todos os pontos elencados representam conexão espiritual e fonte de subsistência.

Após a efetivação dos procedimentos metodológicos foi possível elaborar um mapa mental topofílico da FLONA de Canela (Figura 5), a partir dos locais apontados pelas três categorias entrevistadas.

MAPA TOPOFÍLICO DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA



- | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| 1 Sede/ Escritório da Flona de Canela | 7 Trilha do Veado |
| 2 Lagoa do Tiririca | 8 Santuário (Árvores Santa Rita) |
| 3 Lagoa dos Xaxins | 9 Toca dos Morcegos |
| 4 Caminho das Araucárias | 10 Cemitério |
| 5 Banhado | 11 Floresta de Araucária |
| 6 Trilha do Graxaim | |

Agradecimentos: Floresta Nacional de Canela, ICMBio.

Figura 5 – Mapa Topofílico da FLONA de Canela.

Fonte: Autor (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgato aqui a centralidade desta pesquisa, que se refere à possibilidade do gestor ambiental, diante de suas próprias inclinações ideológicas, aptidões e competências profissionais, em cenários onde imperam a multiplicidade cultural, bem como de interesses sobre os espaços naturais alienados a legislações, muitas vezes contraditórias ou insuficientes, intervir de forma sensível, perceptiva e inovadora na criação de estratégias de mediação, frente aos conflitos socioambientais presentes em Unidades de Conservação (UC) do país.

E questiono-me, se não haveria implícito, um otimismo ilusório sobre a devastação do planeta e seus impactos na sociedade, ao projetarmos os mesmos para um futuro “ficcional distópico”, sendo que vivemos no presente uma distopia real, onde predominam

a opressão, a desigualdade social, os múltiplos preconceitos, a violência banalizada, a destituição da ciência e acima de tudo o embotamento afetivo entre os sujeitos e o esvaziamento de significados dos espaços naturais.

Diante das falas dos entrevistados o que fica em relevo são os desdobramentos do espaço em questão, principalmente como território. Para a gestão da UC, a floresta tem sua função embasada no Plano de Manejo e suas ações e decisões tem como instrumento a legislação vigente. Enquanto para a comunidade do entorno e visitantes de fora do município, o espaço possui uma ótica que abarca tanto aquela paisagem cênico, quanto a predatória.

No caso dos remanescentes caingangues há uma questão problemática, pois, seus relatos envolvem tanto argumentações espiritualistas, quanto relatos históricos e pesquisa bibliográfica, que incluem ferramentas que teriam sido encontradas na chamada “Toca dos Morcegos”, localizada no interior da atual UC. Porém, até então não há confirmação de nenhum grupo de pesquisa para um estudo antropológico da FUNAI, a fim de que, se comprovada a legitimidade das alegações, se reconsidere a unidade como TI (Território Indígena). E que caso contrário, os caingangues possam ter suas necessidades e vulnerabilidades devidamente atendidas.

Este impasse da parte da instituição responsável pelas questões do componente indígena no país, acabam potencializando uma tensão entre os indígenas que reivindicam o espaço e os funcionários do ICMBio que executam seu papel como servidores. O que indiretamente agrava o atual desmonte e sucateamento das Unidades de Conservação do país. Sendo que concomitantemente correm aqueles processos referentes às concessões das mesmas.

Há unidades que compartilham o espaço com as comunidades indígenas, porém antes de tencionar algo nesse sentido para a FLONA de Canela, é necessário que a FUNAI cumpra seu papel institucional, realizando os estudos necessários.

Também é notável que mesmo os indígenas se referindo a suas características empáticas no que diz respeito a natureza, ainda assim defendem o espaço como sua terra, como seu território.

Para Santos (1996), quando o meio ambiente assume um caráter de Natureza-espetáculo ao invés de Natureza-histórica, ou ainda quando aquela Natureza-cibernética ou sintética substitui a Natureza analítica do passado, a ocultação, ou esvaziamento de significado da história atinge o seu auge. O que estabelece uma confusão de paradoxos entre sistemas técnicos, no que diz respeito a Natureza, sociedade, cultura e moral.

Por uma reflexão crítica sobre o papel do gestor ambiental como profissional interdisciplinar, na construção de pontes que sensibilizem o sujeito hipermoderno, tendo como laboratório as Unidades de Conservação, talvez fique evidente a necessidade de um paradigma em que independentemente do grupo em questão, seja ele dos caingangues, a gestão da UC, conselhos, poder público, ou moradores do município, promova um consenso

em que ambientes concebidos como naturais sejam valorizados, antes de tudo, pelo seu valor intrínseco (inerente, ecológico). E aqui se inclui nossa espécie, afinal também somos a natureza agindo e transformando a si mesma em horizontes culturais e geográficos.

Bem como, da valorização do profissional em questão, como um mediador daqueles conflitos oriundos das percepções subjetivas e paradoxais pré-existentes, no que diz respeito ao espaço natural compartilhado.

Sendo relevante para o gestor de uma UC a realização de um diagnóstico que inclua um trabalho coletivo, no uso da cartografia com mapas mentais, para uma aproximação com os atores sociais que compartilham os mesmos espaços bem como, uma ferramenta estratégica na gestão e negociação de conflitos ambientais. Para uma compreensão imparcial e profunda das motivações e interesses histórico-culturais, dos diferentes componentes que atuam sobre aquilo que percebem como território, paisagem ou lugar. Pois mapear afetividades é considerar mundos sobre o mundo. O que só é possível quando se observa a ação do tempo sobre o espaço e conseqüentemente sobre o sujeito, que por sua vez, atuará sobre o espaço no tempo. Sendo um mapa, o reflexo de uma cadeia intrínseca de um potencial “vir a ser”. Um por vir de causas e efeitos, que vão além de coabitar o mundo, e se cristalizam no coexistir.

Ou seja, há uma subjetivação no que se refere as diferentes perspectivas sobre o espaço, que causa o esvaziamento de significado dos ambientes naturais pelo que eles são para além das necessidades, interpretações e interesses da nossa espécie. Tais relações paradoxais revelam que talvez o espaço não se configure apenas como camadas sobrepostas, mas sim como um sistema complexo e híbrido a ser compreendido pelo gestor ambiental.

Finalmente, eu, Demétrio, como aluno e pesquisador, deixo a figura 6 abaixo para ilustrar a síntese final desta pesquisa, para que, talvez, esta construção mental resolva algumas de minhas inquietudes dentro da profissão. Ao final do curso de Gestão Ambiental se configura um pensamento de que todos e todas fazem parte do COEXISTIR, mas que como humanos, somos sujeitos ao tempo e ao espaço. E como seres vivos, temos o instinto inerente da preservação da vida, o que ao fim desta pesquisa exploratória, configura uma gestão sensível e integrativa quanto às subjetividades e ao esvaziamento de significados dos espaços naturais, oriundos destas relações paradoxais que se entrelaçam. Uma gestão que ao atuar fundamentada pela legislação, busque nas fragilidades de uma UC, alternativas na sensibilização do sujeito sobre o ambiente, independentemente do grupo à que pertença. De forma que seja possível rever os propósitos e o direito da natureza. Para que se consolide assim, não só a interpretação da mesma como nosso direito e bem comum multifacetado, mas antes disso, a proteção do patrimônio natural como um dever de todos.

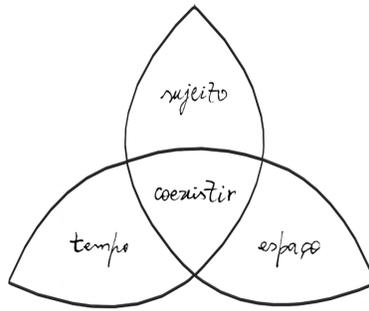


Figura 6: Relação interdependente, espaço-tempo-sujeito.

Fonte: Autor (2021).

Diante disto, fica claro que se faz necessário um resgate do espaço como lugar, como um mosaico socioambiental. Que inclua todos os componentes de forma coesa e pacífica. Porque no fim das contas, tanto os caingangues, quanto o ICMBio e a comunidade do entorno da UC, tem um interesse em comum: a floresta. E parafraseando Milton Santos, ao afirmar que “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1. ed. Lisboa: edição francesa 90 Graus, 1992.

BUZAN, T. e Buzan, B. (1996), **The Mind Map Book**, Plume, 2a. edição, 320 p.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. 2003. 237 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989**. Altera o Código Florestal. Brasília: IBAMA, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Canela**. Volume I – Diagnóstico. Brasília: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança [...]. Brasília, Diário Oficial da União, 12 fev. 2020.

CASTRO, I. E. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas (Org.)** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa:** aportes metodológicos. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012

EMBRAPA, C. N. de P. de S. **Sistema brasileiro de classificação de solos**, 2. ed. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

INGOLD, T. **Humanidade e Animalidade.** Trad.: Vera Pereira. Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres: Routledge, 1994.

_____. A evolução da Sociedade. In: FABIAN, A. C. (org.). **Evolução – sociedade ciência e universo.** Bauru: EDUSC, 2003.

_____. **Ways of Walking: Ethnography and Practice on Foot.** London: Ashgate Publishing. 2008.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

OLIVEIRA, B. de. O Instituto Nacional do Pinho e seus Parques Florestais: contribuição para o estudo ecológico do pinho brasileiro. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**, Rio de Janeiro, a.15, n.15, p.7-82. 1963.

PORTAL KAINGANG. **Portal Kaingang.** Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2020

REIS, A. O. dos; VEECK, M. W.; OLIVEIRA, P. A. de. **Canela: por muitas razões.** 2. ed. Porto Alegre: EST, 2009.

ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa.** 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

NETO, D. R. de. A. **A subjetivação e o esvaziamento de significado dos espaços naturais na hipermodernidade distópica: o paradoxo da Floresta Nacional de Canela.** 2021. TCC (Bacharelado em Gestão Ambiental) -UERGS- Polo Hortênsias. Canela. Rio Grande do Sul, p.41. 2021

SANTOS, D. B. **Mapeamento do uso e ocupação do solo na zona de amortecimento da Floresta Nacional de Canela/RS.** 2021. TCC (Bacharelado em Gestão Ambiental) -UERGS- Polo Hortênsias. Canela. Rio Grande do Sul, p.41. 2021

SANTOS, J. E.; GALBIATI, C. (Orgs.). **Gestão e Educação Ambiental**: água, biodiversidade e cultura. Vol. 1. São Carlos: Rima Editora, 2008.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. J. Bohrer da. Histórico da ACIC: Associação Comercial e Industrial de Canela. In: OLIVEIRA, P.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Raízes de Canela**. Porto Alegre: Est, 2003. p. 190-197.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). **Cultura, percepção e ambiente**: a contribuição de Tim Ingold para uma mudança de paradigma. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.



